

■ PANDEMIA

Especialista reforça a importância de vacinar crianças de 5 a 11 anos contra o coronavírus

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) autorizou, na última quinta-feira (16/12), o uso da vacina da farmacêutica Pfizer em crianças de 5 a 11 anos. “O anúncio é recebido com muito alívio; os casos de COVID-19 são frequentemente detectados nessa faixa de idade escolar e pré-escolar. Com isso, nós conseguimos aumentar nossa barreira de proteção”, explica a especialista em epidemiologia e coordenadora do Centro de Vacinas do Hospital Pequeno Príncipe, Heloisa Ilhe Garcia Giamberardino.

O Brasil já registrou mais de 1,5 mil óbitos entre crianças e adolescentes de 0 a 19 anos. “A maior parte dessas mortes ocorre na população pediátrica com comorbidades, mas também temos casos em que não há nenhum fator de risco”, pontua a médica.

Só em 2021, de janeiro a novembro, o Pequeno Príncipe, maior hospital exclusivamente pediátrico do país, atendeu 1.274 crianças e adolescentes com diagnóstico positivo para COVID-19, um aumento significativo considerando os 311 registrados no ano passado.

Além disso, a gravidade dos casos também aumentou. Enquanto em 2020 a média mensal de internamentos foi de nove pacientes. Neste ano, a média ficou em 21 casos por



mês. Do total de casos diagnosticados, 241 pacientes – quase 20% – necessitaram de internamento, sendo que 60 foram para a UTI. E 47% das crianças e adolescentes que internaram não tinham nenhuma comorbidade. O número de casos no público infantil e adolescente passou a cair consideravelmente, sobretudo graças à vacinação dos adultos.

O imunizante que vai ser

aplicado na faixa etária infantil é diferente da versão para adolescentes e adultos. As crianças de 5 a 11 anos receberão uma dosagem de 10 microgramas. Para quem tem 12 anos ou mais, a dose é de 30 microgramas. “É muito importante que os pais se planejem e preparem as crianças: expliquem para elas porque elas precisam tomar a vacina e que isso vai ajudá-la a não correr o risco de

ter a doença e sofrer com isso”, diz Heloisa.

A epidemiologista reforça também que, apesar do anúncio da vacinação, manter as medidas de cuidado já amplamente conhecidas é imprescindível. “Usar máscara, higienizar as mãos e evitar aglomerações são atitudes que ainda não podem ser deixadas de lado, apesar da queda no número de casos. E, tomar

a segunda e a terceira dose, para quem já está apto a isso, também é fundamental. Esse público é responsável pela proteção de quem ainda não foi imunizado”, alerta a médica.

Recomendações

Apesar de ainda não ter previsão para o início da vacinação para o público infantil, a Anvisa já divulgou uma série de orientações para aplicar a vacina em crianças de 5 a 11 anos. Abaixo,

confira algumas delas:

- As equipes de saúde vão passar por treinamento para aplicar o imunizante;

- As crianças devem ser vacinadas em ambiente específico destinado a elas e não podem receber outras vacinas, mesmo que pediátricas;

- Em comunidades isoladas, as crianças devem ser vacinadas, sempre que possível, em dias diferentes de adultos;

- Após a vacina, as crianças devem permanecer no local por pelo menos 20 minutos, para observação.

Sobre o Pequeno Príncipe

Com sede na capital paraense, o Pequeno Príncipe é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que oferece assistência hospitalar há mais de 100 anos para crianças e adolescentes de todo o país. Disponibiliza desde consultas até tratamentos complexos, como transplantes de rim, fígado, coração, ossos e medula óssea. Oferece atendimento em 32 especialidades, com equipes multiprofissionais especializadas. Com 384 leitos, sendo 68 em UTIs, realiza 60% dos atendimentos a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2020, mesmo com a pandemia de coronavírus, foram realizados 159 mil atendimentos e 12 mil cirurgias que beneficiaram meninos e meninas do Brasil inteiro.

■ AÇÃO

ARTESP entrega mais de 100 quilos de tampas e lacres para campanha do Instituto EcoPatas

Ação de arrecadação contou com a participação de funcionários da agência e da comunidade

A ARTESP - Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo - arrecadou nos últimos três meses mais de 100 quilos de tampinhas para a campanha Tampinha Legal, uma iniciativa do Instituto EcoPatas, criada por funcionários da SABESP (Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Os materiais coletados serão revertidos em recursos para realizar castração de cães e gatos em São Paulo. A ação da agência reguladora faz parte das atividades do programa “ARTESP Sustentável” e contou com a participação de funcionários, colaboradores e da comunidade.

“A ARTESP sempre participa e apoia iniciativas sustentáveis - e foi um enorme prazer contribuir com a campanha da EcoPatas, uma ONG que se preocupa com a vida animal e o meio ambiente” afirma Milton Roberto Persoli, diretor geral

da ARTESP. Os 100 quilos de tampinha coletados foram entregues na sede do órgão nesta sexta-feira. “A participação da agência em mais essa campanha reforça o nosso posicionamento de compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade”, explica ele.

Serviço - Para colaborar

A EcoPatas é uma ONG fundada por funcionários da SABESP (Saneamento Básico do Estado de São Paulo), que faz a coleta de tampas plásticas e lacres de alumínio, com o objetivo de cuidar do meio ambiente e arrecadar recursos para fazer a castração de animais abandonados.

A ARTESP é um dos pontos de coleta de tampas e lacres para a ONG. Para contribuir com a causa, basta entregar tampinhas e lacres aqui na sede da agência (Rua Iguatemi, 105, Itaim Bibi, São Paulo). Após a

entrega as tampinhas passam por uma triagem e depois são levadas para a ONG.

Sobre a ARTESP

A ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – regula o Programa de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo há mais de 20 anos. Sob sua gerência, estão 20 concessionárias, que atuam em 11,7 mil quilômetros de rodovias, o que representa quase 46% da malha estadual, abrangendo 293 municípios.

A Agência também fiscaliza o Transporte Intermunicipal de Passageiros, exceto nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, de Campinas, da Baixada Santista, do Vale do Paraíba/Litoral Norte e Sorocaba. Dentre as ações, realiza auditoria de frota, garagem e instalações, ações fiscais na operação das



linhas regulares, nos terminais rodoviários e nas rodo-

vias. Além disso, a ARTESP é responsável pela regulação da

concessão de cinco aeroportos regionais.

COMUNICADO: Em função de férias coletivas em nossa editora gráfica, comunicamos aos leitores e órgãos públicos municipais, que nos dias 25 de dezembro (Natal) e 01 de janeiro (Ano Novo), não teremos edição de jornal. Nas terças e quintas-feiras, circularemos normalmente atendendo às publicações de Atos Administrativos.

CONSI RJ

CONSI RJ – CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES
EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO
REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019 - PROCESSO Nº. 13/2019

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales – CONSI RJ, através de seu Presidente **Sr. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA**, torna pública a renovação da contratação da empresa abaixo, para fornecimento de **GASES MEDICINAIS (GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL E GÁS AR SINTÉTICO MEDICINAL)**, em forma parcelada de acordo com as necessidades do CONSI RJ, pelo período de 01 ano, de 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022.

EMPRESA	VALOR TOTAL ADITADO	CONTRATO Nº.	ADITIVO Nº.
Oxijales Comercial e Distribuidora Lta - EPP CNPJ nº. 61.430.385/0002-00	R\$ 71.567,50	67/2019	47/2021

Jales/SP, 17 de Dezembro de 2021.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

2º Extrato de Prorrogação de Contrato
Contratante: Pm Pontalinda
Contratada: Basefort Segurança Patrimonial CNPJ 28.966.316/0001-51
Objeto: Contratação de empresa qualificada na prestação de serviços na área de segurança de pessoas, para realização de eventos que poderão ocorrer durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser realizado na Praça Central e Area de Lazer deste Município de Pontalinda, em comemoração das festividades e atividades esportivas do Município.
Contrato nº 74/2019
Data 20/12/2021
Prorrogado por mais 12 Meses – Data 20/12/2021 a 20/12/2022
Valor anual atualizado do Contrato: R\$ 46.912,00
Pregão Presencial 31/2019
Processo CL/PMP 62/2019
Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

DESPACHO DO GABINETE DO PREFEITO
Processo Dispensa Licitação nº 27/2021
Processo CL/PMP 80/2021
Assunto: Contratação de empresa especializada no ramo, para prestação de serviço na realização de show pirotécnico com fogos de artifício e pessoal qualificado a ser realizado na Praça Central deste Município no dia 31/12/2021, com fornecimento de materiais em comemoração das festividades de final de ano "Reveillon 2022" neste Município de Pontalinda.
Diante dos autos do presente processo, RATIFICO, nos termos do Artigo 24 inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Federal 9412/18, a dispensa de licitação para referida contratação.
Pontalinda, 16 de Dezembro de 2021.
Sisínio de Oliveira Leão
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

Extrato de Contrato
Contratante: PM Pontalinda
Contratada: Fogos Arsenal Ltda Me CNPJ 10.676.758/0001-62
Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo, para prestação de serviço na realização de show pirotécnico com fogos de artifício e pessoal qualificado a ser realizado na Praça Central deste Município no dia 31/12/2021, com fornecimento de materiais em comemoração da festividade de final de ano "Reveillon 2022" neste Município de Pontalinda.
Contrato 92/2021
Valor R\$ 9.500,00
Data: 20/12/2021
Vigência: 20/12/2021 à 20/01/2022
Dispensa de Licitação nº 27/2021
Processo CL/PMP 80/2021
Setor de Licitações e Contratos

REGIÃO

Hemocentro faz alerta para baixo estoque de sangue

O Hemocentro de Rio Preto está com estoque baixo de todos os tipos sanguíneos. Já as tipagens O Negativo (O-), conhecido como o doador universal, e o O Positivo (O+) estão em situação crítica. Na última semana, o fluxo de doadores diminuiu 30% do número ideal. É importante destacar que a instituição é responsável pelo abastecimento de 39 instituições de Rio Preto e região.
Para manter o estoque ideal do Hemocentro são necessários uma média de 70 coletas diárias e, na última semana foram uma média de 40 doadores. "Com as férias, muitas pessoas viajam

e deixam de doar sangue. Isto ocasiona uma queda brusca no estoque", explica a enfermeira Carla Carolina Martinelli, responsável pela captação do Hemocentro.
Em uma pessoa adulta, são coletados no máximo 450 ml. Uma quantidade considerada pequena, mas o suficiente para salvar vidas. "Uma bolsa de sangue dá origem a quatro hemocomponentes. São eles, o concentrado de hemácias (glóbulos vermelhos), concentrado de plaquetas, plasma e crioprecipitado. E, cada paciente, dependendo da necessidade precisa de um tipo de



hemocomponentes, ou seja, uma única bolsa pode salvar até quatro vidas", afirma a enfermeira Carla Carolina Mar-

tinelli.
O Hemocentro de Rio Preto e o Hemonúcleo Catanduva não estarão atendendo nos dias dias

25 e 26 de dezembro e nos 1 e 2 de janeiro.

Quem pode doar

Podem doar sangue pessoas entre 16 e 69 anos e que estejam pesando mais de 50kg. Além disso, é preciso apresentar documento oficial com foto e menores de 18 anos só podem doar com consentimento formal dos responsáveis.

Pessoas com febre, gripe ou resfriado, diarreia recente, grávidas e mulheres no pós-parto não podem doar temporariamente. Quem tomou a vacina da febre amarela deve aguardar 30 dias para fazer uma doação. Já para vacina contra gripe, o

prazo é de 48 horas.

Vacinas

Das vacinas disponíveis no Plano Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde, a Coronavac (Sinovac/Butantan) impede a doação de sangue por dois dias após cada dose. Já as vacinas AstraZeneca, Pfizer e Janssen impedem a doação por sete dias após cada dose.

Onde doar

O Hemocentro de Rio Preto funciona todos os dias das 7h às 13h, (exceto nos dias 25 e 26 de dezembro e nos 1 e 2 de janeiro) e está localizado na Avenida Jamil Feres Kfourri, 80, Jardim Panorama.

PROGRAMA

Doria autoriza 350 convênios para criação de cozinhas industriais com cursos de qualificação

O Governador João Doria autorizou, nesta sexta-feira (17), a celebração de 350 convênios para futura instalação de unidades do programa Cozinha Industrial em todo estado. Com investimento de R\$ 18 milhões, a iniciativa vai possibilitar a implantação de cozinhas industriais nos municípios, que receberão cursos de qualificação a serem ministrados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Fundo Social de São Paulo. Na ocasião, também foi autorizada a assinatura de outros 150 convênios do programa "Escolas de Qualificação Profissional" do FUSSP.
"Hoje assinamos aqui o convênio das Escolas de Qualificação Profissional, com recursos para capacitação de profissionais. Assinamos também o programa Cozi-

nhamento, repassando aos municípios R\$ 18 milhões", destacou Doria. "Vamos capacitar, proporcionar dignidade às pessoas que querem emprego e que querem ser empreendedores", completou.
O programa Cozinha Industrial funciona sob gestão da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e consiste na instalação de cozinhas-piloto experimentais com objetivo de incrementar a capacitação de agentes multiplicadores das ações de segurança alimentar e nutricional sustentável. Os primeiros convênios foram assinados nesta sexta, no Palácio dos Bandeirantes, e os demais serão celebrados em breve.
"Estamos aqui cumprindo mais uma etapa importante

das nossas ações na Agricultura. O programa Cozinha Industrial, além de capacitar pessoas para o trabalho, sem dúvida vai ajudar os municípios na retomada do trabalho e do emprego", destacou o Secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Itamar Borges.
A iniciativa tem a participação do Fundo Social de São Paulo, que desenvolverá ações de qualificação nas cozinhas experimentais. Serão ministrados os cursos que compõem a grade da Escola de Gastronomia: panificação, confeitaria, salgadoiro e pizzaiolo.
Na oportunidade, Doria e o Secretário Itamar Borges também entregaram 39 viaturas do programa Segurança no Campo (confira a lista completa aqui: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/AGRO-SP-SEGURO-17-12-2021.pdf>). No total, o Governo de SP realizou a entrega de 111 veículos do programa apenas no segundo semestre de 2021.
Qualificação Profissional
O Governador João Doria e a presidente do Conselho do Fundo Social de São Paulo, Bia Doria, assinaram novos convênios no Programa "Escolas de Qualificação Profissional", que vão beneficiar um total de 150 municípios. Os cursos serão ministrados a partir do próximo ano, com oferta de 8 mil vagas na capital e no interior do Estado. O investimento do Governo de SP será superior a R\$ 1,3 milhão, com contrapartida de R\$ 2,7 milhões dos municípios.
O Governo de SP fará o repasse dos recursos para os

municípios, que ficarão responsáveis pelo pagamento dos instrutores e aquisição dos insumos para realização dos cursos. Os instrutores serão designados pelas prefeituras e o Fundo Social oferecerá o treinamento virtual sobre as capacitações a serem ministradas. O treinamento será realizado em janeiro e as aulas serão iniciadas já a partir de fevereiro de 2022.
Confira aqui a lista dos 150 municípios a serem beneficiados com cursos do Programa "Escolas de Qualificação Profissional" em 2022: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/FUSSP-17-12-2021.xlsx>
O objetivo do Programa "Escolas de Qualificação Profissional" é promover a capacitação de agentes multiplicadores em áreas consideradas

estratégicas e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesta gestão, o Fundo Social ampliou a grade com inclusão de novas áreas de qualificação, além de Moda, Beleza e Construção Civil que já eram ministradas anteriormente.
A partir de 2019, foram incluídas as modalidades Gastronomia, Informática e Administração- Empreendedorismo, sendo que o programa Padaria Artesanal foi incorporado à nova Escola de Gastronomia. Em 2020, foram acrescentados ainda os cursos de Mecânica e Empreendedorismo. Ao longo dos 10 anos do programa, o FUSSP qualificou mais de 153 mil pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica em 335 municípios.

expediente

FOLHA REGIONAL HOJE
Diretor Responsável: IVAIR BOLOGNA
Redação: Ivair Bologna, Higor Sanches Alonso
IMPRESSÃO: TOTALGRAPH EDITORA GRÁFICA
PERIODICIDADE: TERÇAS, QUINTAS E SÁBADOS
E-mail: jn.folharegional@gmail.com
Os artigos assinados não representam a opinião deste jornal

Circulação:

Rua Pedro Modesto Andreo Padilha, nº 80 – Distrito Industrial II – Jales/SP
Fone Fax (17) 3632-6889

UNIJALES
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JALES
Junior Soler
Cel. (17) 99785-1119
Av. Francisco Jalles, 1851 - Centro - Jales - SP - CEP: 15.703-200
Tel.: (17) 3622-1620 e-mail: jrsoler@unijales.edu.br www.unijales.edu.br

SISTEMA

Proteína da Covid-19 é capaz de se acoplar nas células neurais e prejudicar a memória

Neurocientista Prof. Dr. Fabiano de Abreu investiga a relação entre o vírus e problemas de memória

Meu estudo publicado na Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, analisa como o coronavírus age nas células neurais e o impacto prejudicial na memória dos pacientes. É importante destacar, que a dificuldade de memorização está entre as sequelas mais relatadas por pacientes infectados pela Covid-19.

O tecido nervoso é responsável por diversas funções do organismo, como coordenar as atividades de diferentes órgãos. Esse tecido é composto, principalmente, por neurônios e células da glia, um conjunto de vários tipos celulares, cujo as células principais são os astrócitos, oligodendrócitos, micróglia e endotélio.

Quando se fala em sistema nervoso, é muito comum as pessoas lembrarem apenas dos neurônios, que estão diretamente relacionados com os impulsos nervosos. Todavia,

as chamadas 'células da glia' (ou neuróglia) desempenham funções primordiais para a manutenção do corpo humano e merecem maior relevância no âmbito de pesquisas científicas.

Os astrócitos são células da neuróglia que apresentam um formato estrelado devido aos seus prolongamentos. Eles desenvolvem uma grande diversidade de funções, como a sustentação, controle da composição iônica e molecular do ambiente onde estão localizados os neurônios, transferência de substâncias para os neurônios, resposta a sinais químicos, dentre outras atividades.

O objetivo da minha pesquisa é responder como o coronavírus impacta nesses tecidos celulares e quais são as consequências para a memória do paciente, já que a dificuldade de memorização está entre as sequelas mais relatadas por pacientes infectados pela Co-



vid-19. De acordo com os resultados do meu estudo, pude averiguar que o coronavírus afeta significativamente os astrócitos. Uma das consequências são danos na memória da pessoa após a contaminação

pela doença. É um assunto que chama a atenção, pois trata-se de mais uma sequela que a Covid-19 pode deixar na humanidade. Isso prova que é preciso mais do que nunca encontrar meios

eficazes para controlar o vírus, porque a sociedade corre o risco de sofrer com problemas de memorização após superar esta doença. Essa evidência é preocupante, porque ela se soma a outros fatores que indicam a

redução do desempenho neurológico e inteligência das pessoas, tais como o uso excessivo de redes sociais.

Sobre o Fabiano de Abreu

PhD, neurocientista, mestre em psicanalista, biólogo, historiador, antropólogo, com formações também em neuropsicologia, psicologia, neurolinguística, neuroplasticidade, inteligência artificial, neurociência aplicada à aprendizagem, filosofia, jornalismo e formação profissional em nutrição clínica - Diretor do Centro de Pesquisas e Análises Heráclito; Chefe do Departamento de Ciências e Tecnologia da Logos University International, Uni-Logos; Membro da Federação Européia de Neurociências e da Sociedade Brasileira e Portuguesa de Neurociências. Universidades em destaque: Logos University International, Uni-Logos, Nova de Lisboa, Faveni, edX Harvard, Universidad de Madrid.

ECONOMIA

Neoenergia Elektro alerta para consumo consciente de energia no verão

As temperaturas altas geram a mudança nos hábitos de consumo. O resultado pode ser a elevação no valor da conta de energia

Nesta terça-feira (21) tem início a estação mais quente do ano. No verão, os consumidores precisam estar atentos para não sentir no bolso os efeitos da elevação da temperatura, já que o valor da conta de energia está diretamente associado ao hábito de consumo do cliente. Nessa época do ano, a variação é justificada, principalmente, pela utilização de aparelhos de refrigeração para amenizar o calor. Equipamentos como geladeiras e condicionadores de ar apresentam aumento de desempenho para compensar a alteração climática.

Para evitar surpresas que podem comprometer o orçamento doméstico, a Neoenergia Elektro, recomenda o uso eficiente de eletroeletrônicos. O clima quente leva a maioria das pessoas a atenuar o desconforto das altas temperaturas acionando o ar-condicionado por mais tempo e abrindo mais vezes a geladeira, por exemplo. O resultado desse hábito pode ser a elevação no valor da conta de energia. Comportamentos eficientes na utilização da energia, além da atenção aos desperdícios, são essenciais para que o consumidor evite surpresas, sem, necessariamente, abrir mão do conforto.

Confira abaixo algumas dicas que podem proporcionar economia no uso dos aparelhos domésticos:

- Aparelhos elétricos consomem mais quando o ambiente externo está mais quente, evite,



também, utilizar climatizadores e condicionadores de ar por longos períodos. A orientação é ajustar o condicionador de ar para temperatura confortável (cerca de 23° C). Utilizar o timer (temporizador) ajuda a evitar o funcionamento desnecessário do equipamento;

- Após a refrigeração do cômodo, o consumidor pode recorrer aos ventiladores, para manter o clima agradável. É importante lembrar da limpeza regular desses equipamentos.

Além de higiênica, a medida contribui para um desempenho mais econômico;

- No caso das geladeiras, quando em mau estado de conservação, os equipamentos chegam a representar 30% do consumo de uma residência. Além disso, freezers e geladeiras devem ser instalados em locais ventilados, com espaço mínimo de 15 centímetros de paredes e armários. É importante observar periodicamente a borracha de vedação que, uma

vez ressecada, causa um grande desperdício de energia;

- Colocar o chuveiro elétrico na posição verão é mais uma dica de economia, quanto mais baixa a temperatura da água, menor o consumo;

- Fornos e ferros elétricos somente devem ser usados quando necessário. É importante otimizar esses equipamentos, para aproveitar o calor, evitando desligar e reaquecer o aparelho com frequência.

Além disso, a Neoenergia Elektro aconselha o consumidor a ter atenção no momento da compra de eletrodomésticos. É importante optar por produtos que apresentam o Selo Procel – que indicam os aparelhos mais eficientes e que consomem menos energia. É recomendável o uso de lâmpadas fluorescentes ou em LED, que chegam a economizar cerca de 80% de energia elétrica e têm durabilidade bastante superior às comuns.

Sobre a Neoenergia Elektro Reconhecida por 10 vezes como a melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil, a Neoenergia Elektro tem atuação em 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e cinco no Mato Grosso do Sul. Em uma área de concessão de 121 mil quilômetros quadrados, a concessionária atende 2,7 milhões de clientes (6 milhões de habitantes)

DESENVOLVIMENTO

PEC que isenta gestores de punições por não aplicarem o mínimo constitucional em educação avança na Câmara dos Deputados

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/2021, que permite aos estados, Distrito Federal e municípios descumprirem o mínimo de 25% em educação nos anos de 2020 e 2021, avançou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados nesta semana.

De acordo com a Constituição, os entes federados são obrigados a aplicar, pelo menos, 25% do que arrecadam com impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. As próprias unidades da federação e os gestores estaduais e municipais que descumprirem essa determinação podem sofrer penalidades.

Os municípios, por exemplo, podem sofrer intervenção estadual, ter as contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas e deixar de receber transferências de recursos. Já os agentes públicos podem ser condenados por improbidade administrativa e ficar inelegíveis.

São justamente essas punições que a PEC invalida, mas apenas para os exercícios de 2020 e 2021. O argumento é que, com a pandemia da Covid-19, e o fechamento das escolas, os estados e municípios tiveram menos custos com a educação do que teriam em condições normais. Gastou-se menos com limpeza das unidades, alimentação e, sobretudo, transporte escolar, por exemplo.

Especialista em Orçamento Público, Cesar Lima explica que, sobretudo em 2021, a obrigatoriedade de os gestores aplicarem o mínimo de 25% em educação encontrou obstáculos tanto do ponto de vista das receitas quanto das despesas.

“Houve uma queda nas despesas, porque os alunos esta-



vam fora de sala, muitos municípios não fizeram contratos para suprir aqueles professores que saem de licença, de férias, de atestado e, ao mesmo tempo, tivemos essa alta da arrecadação gerada pela inflação, o que dificultou ainda mais para os municípios chegarem ao mínimo investido em educação, porque você tinha, ao mesmo tempo, aumento das receitas, mais do outro lado uma diminuição das despesas”, explica.

Márcia Aparecida Bernardes, secretária de educação de Mariporã (SP), elogia a proposta. “O projeto é muito positivo. Ano passado, acompanhei toda essa angústia, essa preocupação dos secretários, até porque nós não tínhamos uma previsão de que as aulas iam voltar ou não. Então, muitos investimentos deixaram de acontecer”, conta.

Apesar da flexibilização, a

PEC estabelece que o estado ou município que não cumprir o mínimo constitucional em 2020 e 2021 deverá aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino o percentual necessário para completar os 25% até 2023. Dessa forma, a prefeitura que gastou apenas 22% este ano, por exemplo, deverá investir 3% adicionais no próximo ano.

Segundo dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), dos 5,2 mil municípios brasileiros que fizeram as declarações, 316 não conseguiram aplicar o 25% em educação, em 2020.

FPM

Pela lei, 20% do que a União repassa às prefeituras por meio Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deve ser destinado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Edu-

cação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Na próxima segunda-feira (20), cerca de meio milhão de reais serão descontados do repasse referente ao segundo decêndio de dezembro aos cofres municipais.

Dessa forma, as prefeituras vão receber pouco mais de R\$ 2 bilhões do fundo. O valor é 41% superior ao que os municípios embolsaram no mesmo período do ano passado. Para as cidades que estão com as contas em dia, Cesar Lima, especialista em Orçamento Público, recomenda que os gestores montem uma espécie de reserva de emergência.

“O município poderia pensar em fazer um fundo para despesas inesperadas, como foi agora a queda de arrecadação durante a pandemia do coronavírus. Poderia aproveitar esse dinheiro

e fazer um fundo que pudesse sustentar as finanças do município em casos de quedas de arrecadação”, orienta.

O que é o FPM

O FPM é um fundo pelo qual a União repassa, a cada dez dias (por isso o nome “decêndio”), 22,5% do que arrecada com o Imposto de Renda (IR) e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos municípios. A cada mês, portanto, são três repasses, que ocorrem nos dias 10, 20 e 30.

Se a data cair no sábado, domingo ou feriado, o repasse é antecipado para o primeiro dia útil anterior. O aporte que as prefeituras vão receber nesta segunda tem origem no recolhimento desses tributos entre os dias 1º e 10 de dezembro. O dinheiro é creditado pelo Banco do Brasil, que disponibiliza em sua página na internet os avisos

sobre as distribuições decêndias das cotas dos fundos de participação. Além dos 20% que a União retém para o Fundeb, os gestores devem aplicar 15% dos recursos em saúde e destinar 1% para o Pasep.

Os percentuais de participação de cada município são calculados anualmente pelo TCU, de acordo com o número de habitantes de cada cidade e a renda per capita dos estados. Os municípios são divididos em três categorias: capitais, interior e reserva. As capitais dos estados e Brasília recebem 10% do FPM. Os demais municípios brasileiros são considerados de interior, e embolsam 86,4% do fundo. Já os municípios de reserva são aqueles com população superior a 142.633 habitantes e recebem – além da participação como município de interior – uma cota adicional de 3,6%.

Bloqueio

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, até 18 de dezembro, 40 municípios estavam entre os entes bloqueados por causa de alguma pendência. Entre os principais motivos para bloqueio estão: ausência de pagamento da contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), débitos com a inscrição da dívida ativa pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), e falta de prestação de contas no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops).

Para desbloqueio do repasse, o município deve identificar o órgão que determinou o congelamento. Em seguida, deve conhecer o motivo e regularizar a situação. Fonte: Brasil 61

ANÁLISE

Cesáreas eletivas podem trazer riscos ao bebê

Os bebês chamados “termo precoce”, nascidos entre a 37ª e a 38ª semanas gestacionais, muitos deles de cesáreas eletivas - quando não há indicação técnica para esse tipo de parto, podem apresentar resultados de saúde mais semelhantes aos nascidos prematuros.

De acordo com os dados analisados pela plataforma Valor Saúde Brasil by DRG Brasil® e que constam no Observatório da Prematuridade - documento produzido pela ONG Prematuridade.com -, dos recém-nascidos “termo precoce”, 29% necessitaram de internação hospitalar para tratamento de complicações perinatais, sendo que 21% foram admitidos em UTI, com tempo médio de permanência na unidade de 8,2 dias. O levantamento foi feito com base nas altas hospitalares codificadas pela plataforma Valor Saúde Brasil by DRG Brasil® no período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2021. A análise constituiu uma população de aproximadamente 300.000 partos ocorridos em regime de internação hospitalar, tanto em instituições vinculadas ao SUS (Sistema Único de Saúde) quanto

à Saúde Suplementar, distribuídas nas 5 regiões brasileiras, com concentração nas regiões sudeste, sul e centro-oeste.

“Altas taxas de cesáreas eletivas acabam ocasionando o nascimento não apenas de bebês prematuros, mas também dos chamados de termo precoce. Para essas crianças, trata-se de uma perda média de 10 dias de gestação em relação ao ciclo esperado de 280 dias. Isso impacta nas taxas de internação neonatal e ocorre também em locais onde há déficit de leitos”, fala a diretora executiva da ONG Prematuridade.com, Denise Suguiani.

Os dados levantados pelo Observatório da Prematuridade indicam que o Brasil tem 9.560 leitos de UTI neonatal, divididos entre tipo I, II e III, porém, nem todas as localidades possuem essa última (para bebês que necessitam de nível de atenção muito alto), como os estados do Acre, Amapá, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Ainda no estudo do DRG Brasil®, que consta no Observatório da Prematuridade, foi apontado que, dos bebês “termo precoce”

que necessitaram de cuidados da Unidade de Terapia Intensiva, 49% precisaram ser entubados e colocados em ventilação mecânica (VM) e, 20% destes, demandaram tempo de suporte ventilatório maior que 4 dias.

As informações mostram que esses bebês utilizaram 12% do total de dias das internações registradas por toda população neonatal nas UTIs. A taxa de mortalidade intrahospitalar foi de 3% e, dos que internaram em UTI neonatal, 6%.

Outras evidências

Um estudo liderado por pesquisadores do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia) e publicado em outubro deste ano na revista científica PLOS Medicine (EUA), apontou que a cesárea sem indicação é associada a risco 25% maior de mortalidade na infância. Pesquisadores brasileiros e do Reino Unido analisaram 17 milhões de nascimentos ocorridos no Brasil entre 2012 e 2018. Já quando analisado os nascimentos de crianças com indicação médica, a cesárea foi associada com redução dos óbitos, “evidenciando a importância do procedimento

quando devidamente indicada por um médico”, ressaltou a Fiocruz.

Em 2018, a ANS (Agência Nacional de Saúde) chegou a fazer campanha, no início do mês de dezembro, após verificar que, sobre os partos realizados por beneficiárias de plano de saúde, há redução de cesarianas no final de dezembro e aumento no período anterior ao Natal, mostrando haver antecipação dos nascimentos que ocorreriam na época das festas de fim de ano. Os últimos dados mais atuais da ANS, referentes à 2019 e divulgados em outubro deste ano, apontam que, dos 287.166 partos realizados através de planos de saúde privados, 56,71% das cesáreas foram realizadas antes do início do trabalho de parto.

A diretora executiva da ONG Prematuridade.com lembra que o impacto do nascimento de um bebê prematuro vai muito além das sequelas de saúde que a situação pode causar para essa criança e do trauma psicológico que ela deixa para as famílias. “O parto que acontece antes das 37 semanas de gestação desencadeia um ciclo de eventos que afeta tanto o

individual quanto o coletivo de uma sociedade, incluindo desde o vínculo afetivo entre mãe e filho, até os setores da Economia, da Saúde, da Cidadania e o mercado de trabalho.”

Sobre a ONG

Prematuridade.com

A Associação Brasileira de Pais, Familiares, Amigos e Cuidadores de Bebês Prematuros – ONG Prematuridade.com, é a única organização sem fins lucrativos dedicada, em âmbito nacional, à prevenção da prematuridade, à educação continuada para profissionais de saúde e à defesa de políticas públicas voltadas aos interesses das famílias de bebês prematuros.

A ONG é referência para ações voltadas à prematuridade e representa o Brasil em iniciativas e redes globais que visam o cuidado à saúde materna e neonatal. A organização desenvolve ações políticas e sociais, bem como projetos em parceria com a iniciativa privada, tais como campanhas de conscientização, ações beneficentes, capacitação de profissionais de saúde, colaboração em pesquisas, aconselhamento jurídico e acolhimento às famílias, entre outras.

Atualmente, são cerca de 5 mil famílias cadastradas, mais de 180 voluntários em 22 estados brasileiros e um Conselho Científico Interdisciplinar de excelência. Mais informações: <https://www.prematuridade.com/>.

Observatório da Prematuridade - A ONG também produziu o Observatório da Prematuridade, documento desenvolvido com base nos dados coletados pela Numb3rs Analytics e nas altas hospitalares codificadas pela plataforma Valor Saúde Brasil by DRG Brasil® no período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2021. O material reúne diversos cenários de todo o país, como números de partos por tipo (vaginal ou cesareana); quantidade de leitos de UTI neonatal; número de consultas de pré-natal realizadas; quantidade de pediatras por estado; faixa etária das mães (uma vez que complicações gestacionais e no parto representam a principal causa de morte entre meninas de 15 a 19 anos mundialmente, pois existe maior risco de problemas – entre os quais a prematuridade –, segundo a Organização Mundial da Saúde), entre outros.